

VALOR, VALOR ECONÔMICO, VALOR CONTÁBIL: UMA INCURSÃO TEÓRICA NO
SIGNIFICADO DESTAS PALAVRAS NA CONTABILIDADE, FOCO NA AVALIAÇÃO DO
ATIVO

VALUE, ECONOMIC VALUE, ACCOUNTING VALUE: A THEORETICAL INCURSION IN
THE MEANING OF THESE WORDS IN ACCOUNTING- FOCUS OF THE EVALUATION
OF THE ACTIVE

José Augusto Meirelles REIS *

RESUMO: A palavra valor sempre teve seu uso relacionado à medida entre as coisas. Com o decorrer do tempo, variáveis tais como valor contábil, valor histórico, valor econômico foram sendo adicionadas ao seu cotidiano, principalmente na área contábil, no que diz respeito à avaliação do ativo. Procura-se, nesse trabalho, mostrar através de pesquisa bibliográfica, algumas das diversas formas com que a palavra valor é utilizada.

UNITERMOS: avaliar, valor; valor contábil; valor econômico.

ABSTRACT: The word has always had its use related to measurement. As time went by, some variables were added to it mainly in accounting specially pertaining to the evaluation of the active, such as: accounting value, historical value and economic value. In this paper we will try to show, through bibliographical research, some ways in which the word is used.

UNITERMS: evaluate; value; accounting value; economic value.

* Mestre em Contabilidade Avançada pela UNIMAR – Universidade de Marília.

INTRODUÇÃO

Avaliar segundo Buarque de Holanda (1986, p.205), significa: “Determinar a valia ou valor de”, estimar significa determinar por cálculo ou avaliação, o preço, o valor ou a valia de alguma coisa; avaliação ou estimativa tem, portanto, o mesmo significado que determinação de valor.

A forma primitiva de avaliar foi a de estabelecer medidas entre as coisas, levando em conta a utilidade que elas representavam para os que estavam dispostos a realizar a transação. O valor existe, pois, independentemente da medida que se estabelece para determinar sua expressão.

A troca de bens, de utilidades, de serviços mede, para quem a pratica, um valor e foi esta a primitiva maneira de atribuir-se tal mensuração.

1. Valor

A humanidade, desde milhares de anos, vem procurando utilizar uma medida que possa expressar o valor, e Sá (1997, p.53) relata desta maneira tal afirmação:

Os meios de pagamento já eram instrumentos existentes nos registros da Suméria, antiga região da baixa Mesopotânea onde como tal se utilizavam o cobre e a prata, como mais tarde seriam o gado e outros bens.

Para expressar o valor, sempre se buscou uma parametria capaz de evidenciar o que em essência já existe.

O aparecimento da moeda, todavia, como fruto de um intenso comércio dos fenícios, estabeleceu, há milênios, um instrumento de intermediação entre o interesse de aquisição e as coisas a serem adquiridas e consagrou-se como mensuração definitiva [...]

Contabilmente, a moeda tornou-se uma forma de fazer equivaler o fato ocorrido com a riqueza, a uma simbólica expressão em dinheiro, produzindo um tipo especial de valor.

Sá (1997, p.53) esclarece que foram encontrados registros contábeis em *Lagash*, feitos há 5.000 anos, que comprovam a utilização de cobre e prata como meios de pagamento.

Quando adquirimos um veículo ou mercadorias, quando se opera uma venda, torna-se exigível em Contabilidade a expressão da medida do acontecimento (valor), sendo tal mensuração expressa da seguinte maneira, conforme a ótica de Sá (1997, p.53):

O valor é uma expressão quantitativa, por conseguinte, onde o qualitativo é o fenômeno, em seus elementos essenciais[...]mas a expressão quantitativa será aquela que no tempo melhor ou adequadamente representar a medida.

Assim, valor é expresso em relação a algo, portanto, por meio de comparação, e pode ser medido em termos monetários.

Sandroni (s.d., p.322), interpretando pelo lado econômico, desta maneira o designa: "... o atributo que dá aos bens materiais sua qualidade de bens econômicos."

Considerando a metodologia do valor, Csillag (1995, p.61), define quatro tipos de valores:

- Valor de Custo, como sendo o total de recursos medido em dinheiro, necessário para produzir/obter um item.
- Valor de Uso, como a medida monetária das propriedades ou qualidades que possibilitam o desempenho de uso, trabalho ou serviço.

- Valor de Estima, como a medida monetária das propriedades, características ou atratividades que tornam desejável sua posse.

- Valor de Troca, como a medida monetária das propriedades ou qualidades de um item que possibilitam sua troca por outra coisa.

Sempre que se fala em avaliar ou estimar o valor de um ativo intangível, a primeira associação lógica que ocorre é sobre o motivo que leva a tal; a segunda, é sobre a aceitabilidade, confiabilidade e praticidade da técnica a ser utilizada na estimativa.

Constata-se que, no centro de todas as teorias para a mensuração dos ativos, se encontra a vontade de que o processo avaliatório represente a melhor quantificação possível dos potenciais de lucros que o ativo apresenta para a entidade, tanto no presente como no futuro.

2. Valor contábil (original ou histórico)

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO-CRCSP (1998, p.180 e 182), através da Resolução CFC nº 750/93, de 29 de dezembro de 1993, em seu Art.7º, dispõe que o Princípio do Registro pelo Valor Original tenha a seguinte determinação:

Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE...

Para Martins (1972, p.1) custo histórico é aquele que representa o valor pelo qual um elemento do ativo foi adquirido ou construído, não sendo dada nenhuma atenção à variação da capacidade aquisitiva

da moeda, entre a data de aquisição e outra qualquer, bem como não considerando a variação no preço específico dos ativos estocados. Faz a seguinte consideração, em seu trabalho:

Por coerência, quando se utiliza esse Princípio também devem ser utilizados sem qualquer correção os valores que representam a venda ou transformação desses elementos. Trabalha-se dessa maneira, com elementos objetivos de custo, transformação ou realização, mesmo que sem significado econômico às vezes.

A primeira consideração para a avaliação de um bem ou direito é o seu custo original ou histórico; é o valor de entrada do bem no patrimônio social da empresa. Apesar de esse custo ser perfeitamente conhecido no momento da compra, momento no qual tal custo representa efetivamente seu valor econômico, à medida que o tempo passa, aquele custo vai se tornando cada vez mais fora da realidade para a determinação do valor econômico do bem, em face não só de sua depreciação pelo uso, como também dos progressos tecnológicos, das condições variáveis de mercado e das variações da moeda.

Os registros contábeis, além de serem efetuados com base no valor de aquisição do bem ou pelo preço de fabricação, levam em conta também os gastos necessários para colocar o bem em condições de gerar benefícios para a empresa.

Segundo Marion (1998, p.42), a utilização do Custo Original ou Histórico Como Base de Valor está ligada com a entidade em andamento (Continuidade), não interessando valores de realização, saída ou vendas, mas o custo de aquisição ou fabricação, de entrada e de compra.

Uma das distorções geralmente levantadas por aqueles que defendem o reconhecimento e contabilização do Capital Intelectual é a irrealidade dos demonstrativos contábeis, especialmente o balanço, em que deveriam aparecer todos os ativos responsáveis pelo

desempenho da empresa. A não-realização desse tratamento contábil faz com que ativos importantes continuem ocultos, diminuindo o valor dos balanços como fonte de informação para seus usuários. A existência desses ativos ocultos, por outro lado, distorce os índices de mensuração do desempenho, alterando a lucratividade sobre o ativo e afetando mesmo o próprio lucro do período.

Segundo o CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO-CRCSP (1998, p.143), os intangíveis adquiridos são considerados, em sua avaliação, da seguinte forma:

O fundo de comércio e outros valores intangíveis adquiridos são avaliados pelo valor transacionado, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas amortizações calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

O Princípio Fundamental de Contabilidade do Registro pelo Valor Original é um dos principais argumentos utilizados para o não-reconhecimento do Capital Intelectual como ativo, mas este argumento é alvo constante dos críticos da teoria contábil.

Na verdade, ultrapassando ainda o tipo de custo a ser registrado e atualizado, o Princípio tem uma raiz antiga e profunda: é ativo somente aquilo que custou alguma coisa para a entidade, sobretudo se resultante de transações de compra de bens ou de insumos para fabricação de bens.

Considerando os obstáculos legais (Leis e Normas) na identificação e mensuração do intangível não-adquirido, Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995c, p.73) comentam em seu trabalho: “Dessa forma compreende-se o porquê de a Contabilidade somente admitir registro do ‘Goodwill’ adquirido e não do ‘criado’”.

Como se pode notar, o referido Princípio nada considera com relação à avaliação de ativos intangíveis não-adquiridos, causando, com isto, distorções quando evidenciados os números de uma empresa nas demonstrações contábeis.

3. Valor econômico

Tem-se a seguir uma definição: “Valor Econômico de um Ativo é o Valor Atual máximo dos Resultados Econômicos Futuros esperados, no cálculo do qual a taxa de desconto é a do Custo de Oportunidade de Igual Risco”. (MARTINS, 1972, p.41).

Levando em conta a atribuição de valor, Falcini (1995, p.15), registra que:

No campo econômico, valor pode ser entendido como a relação entre duas coisas, num determinado tempo e lugar, sendo essa relação expressa, geralmente, como preço monetário; assim o valor é a relação e não uma mensuração.

Considerando ainda o campo econômico, Filellini (1994, p.51) registra desta maneira, tendo em vista a teoria econômica, sobre a origem do valor:

Para alguns o valor de um bem econômico guarda estreita relação com a quantidade de trabalho exigida para sua produção. É a tese do valor-trabalho. Para outros, a explicação do valor deve-se ao grau de utilidade do produto. É a tese do valor-utilidade.

De modo que, tal como aos ativos físicos (imobilizado), aos indivíduos ou grupos de indivíduos deve-se atribuir valor, pois que possuem capacidade de gerar bens e serviços para uma entidade. Os resultados, entretanto, não são usufruídos em um determinado instante apenas; estende-se por um período cuja extensão varia de elemento para elemento, podendo ser bastante extenso. Isso provoca uma diferença de utilidade para a empresa.

Quando uma empresa calcula o valor econômico de um elemento

do seu ativo, o fará em função da sua relação entre ele e a empresa. Por isso, a firma faz seus cálculos em função do que lhe afeta o interesse. Mesmo quando age desta maneira, pode ela afirmar que o valor econômico do seu ativo corresponde sempre à soma dos valores econômicos de cada um dos seus componentes?

Na moderna conceituação de *goodwill*, o seu valor corresponde à diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de capacidade de geração de lucros futuros, e o valor econômico dos seus ativos. Levando em conta este conceito, Monobe (1986, p.65) afirma a dependência do *goodwill* aos seguintes fatores:

- a. estimativa dos lucros futuros esperados da empresa,
- b. identificação e mensuração do valor econômico dos seus ativos e, finalmente,
- c. taxa de descontos ideal a utilizar para apuração do valor atual.

O preço de mercado das ações de uma empresa é a valorização de mercado das ações integrantes do patrimônio da empresa. Cada certificado de ação representa uma cota de participação no patrimônio ou no valor contábil da empresa. Quando o preço de mercado é maior que o valor contábil, a teoria convencional do mercado acionário considera o ágio *goodwill* uma avaliação de mercado do potencial de ganhos futuros, potencial este convertido em fundo de comércio, se a empresa for comprada.

Este valor a maior, esta probabilidade de ganhos futuros é assim reportada por Sveiby (1998, p.9):

Portanto, deve haver algo entre os ativos da empresa que, no futuro, venha a render acima dos juros bancários. Esses ativos são invisíveis porque não são contabilizados. São intangíveis por não se tratar de tijolo, cimento, nem dinheiro; ou seja, não são concretos, palpáveis. Todavia,

esses ativos invisíveis, intangíveis, não precisam ser nenhum mistério. Todos têm sua origem no pessoal de uma organização.

Temos mencionado também a palavra econômico, quando nos referimos ao valor do ativo, mas existem certos tipos de ativos ainda não aceitos por parte da Contabilidade, chamados de intangíveis, ocultos, invisíveis e fazer com que a sua aceitabilidade os faça integrar o sistema contábil é um dos grandes desafios da classe contábil para o fim deste século.

Se a definição de ativo aceita deve ser aquela fundamentada em razões e terminologias econômicas, a sua mensuração, por consequência, deve seguir a mesma trilha.

Sabemos, entretanto, que isto é algo difícil de ser alcançado. Mesmo em teoria aparecem diversos problemas com difícil solução. A própria diferença entre o valor econômico do ativo total e a soma dos valores econômicos de cada componente seu nos leva a um dilema sobre a sua contabilização.

A entidade, ao agir como um todo e assim obter seus resultados, está sempre interessada no conhecimento do seu valor econômico também como um todo; mas necessita dos detalhes para as tomadas de decisões.

Terceiros interessados nela também têm suas preocupações, que, de imediato, convergem para os valores globais e que depois se dirigem aos detalhes, mesmo em grau diferente daquele utilizado pelo administrador.

Todos precisam dos valores mais gerais e de significado mais amplo, como o ativo total, mas todos também precisam dos valores específicos de cada item, principalmente os que dizem respeito aos ativos intangíveis, estes, hoje, de grande valor e geradores de grandes valores para as empresas.

CONCLUSÃO

Valor, valor econômico, valor contábil, palavras hoje com significados próprios e diferentes interpretações dentro de um mesmo contexto, utilizadas em todos meios de comunicação quando são tratados assuntos de economia e contabilidade, ao ponto de termos um jornal diário de grande circulação nacional com o nome de *Valor Econômico*.

O conteúdo deste artigo, apesar de apresentar referencial teórico para os processos de avaliação, não tem a pretensão de esgotar o assunto, havendo a necessidade de um detalhamento maior sobre cada tipo de avaliação, visto a matéria ser bastante ampla e passível de novos estudos em todas suas variáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO CRCSP. *Normas da profissão contábil*. 24. ed. São Paulo: CRCSP, 1998.

CSILLAG, João Mario. *Análise do valor: metodologia do valor*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FALCINI, Primo. *Avaliação econômica de empresas: técnica e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FILELLINI, Alfredo. *Contabilidade social*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 1995c.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu. *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. (Mestrado em Ciências Contábeis), São Paulo, Faculdade de Economia,

Administração e Contabilidade Universidade de São Paulo. 1972, 109p.

MONOBE, Massanori. *Contribuição a mensuração e contabilização do goodwill não adquirido*. (Doutorado em Ciências Contábeis). São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 1986, 183p.

SÁ, Antonio Lopes de. Valor de conta e valor de moeda o princípio da equivalência do valor. *Revista de Contabilidade do CRC-SP*. São Paulo, n.1, abr, 1997.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Best Seller, [s.d.].

SVEIBY, Karl Erik. *A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento*. Trad. Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

WERNKE, Rodney. Considerações acerca das possibilidades de avaliação de ativos. *Revista de Contabilidade do CRCSP*. São Paulo: n.20, jun.2002.

